





na ordem pública ou na administração municipal de forma incompatível com o interesse coletivo.

O projeto de lei em análise insere data comemorativa no calendário oficial do município, o que se enquadra dentro da competência legislativa municipal, conforme disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que assegura aos municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local.

Ademais, a proposição não contraria dispositivos constitucionais ou infraconstitucionais, não havendo violação ao princípio da legalidade, uma vez que se trata de matéria de cunho organizacional e cultural. Ainda, a inclusão de datas comemorativas no calendário oficial é prática consolidada no âmbito do legislativo municipal.

A matéria, por sua natureza, não gera impacto orçamentário direto, não demandando previsão de dotação específica no orçamento municipal, estando em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. Voto

Diante do exposto, conclui-se pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei, sendo **favorável** sua tramitação e eventual aprovação pelo Poder Legislativo Municipal.

Palácio Atílio Vivácqua, 02 de abril de 2025.

[Signature]

Aloísio Varejão

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300360039003000340038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Aloísio Varejão** em **02/04/2025 16:13**

Checksum: **D3B169CF463135B7F9DAE0CB3F9CF9DD84D677CE1D6AE28AEAABDC85BF25939C**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3300360039003000340038003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.